

Demonstrações Financeiras

Cemig Baguari Energia S.A.

31 de dezembro de 2018

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018..... | 3 |
| BALANÇOS PATRIMONIAIS | 4 |
| DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS | 6 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES..... | 7 |
| DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 8 |
| DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA..... | 9 |
| | |
| NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS..... | 10 |
| 1. CONTEXTO OPERACIONAL..... | 10 |
| 2. BASE DE PREPARAÇÃO | 10 |
| 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA..... | 14 |
| 4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 14 |
| 5. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS..... | 14 |
| 6. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS | 15 |
| 7. PROVISÕES..... | 15 |
| 8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS..... | 15 |
| 9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS | 16 |
| | |
| RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL..... | 19 |

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas,

A Cemig Baguari Energia S.A. (“Companhia” ou “Cemig Baguari”) submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$306.000, dividido em 306.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Baguari é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e à Administração da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em Reais)

ATIVO

| | Nota | 2018 | 2017 |
|------------------------------------|------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Caixa e Equivalentes de Caixa | 3 | 25.218 | 30.797 |
| Tributos Compensáveis | | 302 | - |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 25.520 | 30.797 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| Transações com Partes Relacionadas | 8 | 27 | 13.122 |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | 27 | 13.122 |
| ATIVO TOTAL | | 25.547 | 43.919 |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em Reais)

PASSIVO

| | Nota | 2018 | 2017 |
|---|------|---------------|---------------|
| CIRCULANTE | | | |
| Fornecedores | | 2.929 | 20.379 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | | 321 | 532 |
| Transações com Partes Relacionadas | 8 | 270 | 270 |
| TOTAL DO CIRCULANTE | | 3.520 | 21.181 |
| NÃO CIRCULANTE | | | |
| TOTAL DO NÃO CIRCULANTE | | - | - |
| TOTAL DO PASSIVO | | 3.520 | 21.181 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | |
| | 4 | | |
| Capital Social | | 306.000 | 1.000 |
| Prejuízos Acumulados | | (283.973) | (243.262) |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | | - | 265.000 |
| TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | 22.027 | 22.738 |
| PASSIVO TOTAL | | 25.547 | 43.919 |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em Reais)

| | NOTA | 2018 | 2017 |
|---|------|-----------------|-----------------|
| DESPESAS OPERACIONAIS | 5 | | |
| Serviços de Terceiros | | (37.859) | (28.038) |
| Outros | | (3.683) | (5.291) |
| Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro | | (41.542) | (33.329) |
| Receitas Financeiras | 6 | 844 | 2.614 |
| Despesas Financeiras | 6 | (13) | (600) |
| Prejuízo antes dos Impostos | | (40.711) | (31.315) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente | | - | (536) |
| PREJUÍZO DO EXERCÍCIO | | (40.711) | (31.851) |
| PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$ | | (40.711) | (31.851) |

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em Reais)

| | 2018 | 2017 |
|-----------------------------------|-----------------|-----------------|
| RESULTADO DO EXERCÍCIO | (40.711) | (31.851) |
| OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES | - | - |
| RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO | <u>(40.711)</u> | <u>(31.851)</u> |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em Reais)

| | Capital Social | Prejuízos Acumulados | Recursos Destinados a Aumento de Capital | Total |
|--|----------------|----------------------|--|---------------|
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Não Auditado) | 1.000 | (211.411) | 211.986 | 1.575 |
| Adiantamento para Futuro Aumento de Capital | - | - | 53.014 | 53.014 |
| Prejuízo do Exercício | - | (31.851) | - | (31.851) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 | 1.000 | (243.262) | 265.000 | 22.738 |
| Aumento de Capital | 305.000 | - | (265.000) | 40.000 |
| Prejuízo do Exercício | - | (40.711) | - | (40.711) |
| SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 | 306.000 | (283.973) | - | 22.027 |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em Reais)

| | 2018 | 2017 |
|---|-----------------|-----------------|
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | | |
| Prejuízo do Exercício | (40.711) | (31.851) |
| (Aumento) Redução de Ativos | | |
| Tributos Compensáveis | (302) | 93 |
| Transações com Partes Relacionadas | 13.095 | (13.122) |
| | (27.918) | (44.880) |
| (Redução) Aumento de Passivos | | |
| Fornecedores | (17.450) | 19.992 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | (211) | 858 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social | 169 | (781) |
| Recursos Destinados a Aumento de Capital | - | (39.892) |
| Transações com Partes Relacionadas | - | 270 |
| | (17.492) | (19.553) |
| Caixa Consumido pelas Atividades Operacionais | (45.410) | (64.433) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (169) | (188) |
| CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS | (45.579) | (64.621) |
| FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | |
| Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC) | 40.000 | 53.014 |
| CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO | 40.000 | 53.014 |
| VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA | (5.579) | (11.607) |
| Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3) | 30.797 | 42.404 |
| Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3) | 25.218 | 30.797 |
| | (5.579) | (11.607) |

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Baguari Energia S.A. (“Companhia” ou “Cemig Baguari”), sociedade de propósito específico – SPE, de capital fechado, foi constituída em 11 de julho de 2006 pela Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Controladora”), na forma de subsidiária integral, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar ala B1, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.

A Companhia vem incorrendo em prejuízos operacionais e conta com o suporte de recursos de sua controladora. Estas Demonstrações Financeiras foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A Companhia não teve operação nos anos de 2018 e 2017.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 19 de junho de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs. Adicionalmente, o CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

■ CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo do CPC 38 sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes no CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

| | Classificação | |
|--|--------------------------|-----------------------|
| | CPC 38 | CPC 48 |
| Ativos Financeiros | | |
| Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras | Empréstimos e recebíveis | Valor justo resultado |
| Passivos Financeiros | | |
| Fornecedores | Custo amortizado | Custo amortizado |

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

■ CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

■ ICPC 22

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito deste CPC nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia ainda está avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova Interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

A Companhia analisou as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

b) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Bancos conta movimento | 2.093 | 3.057 |
| Aplicações financeiras | | |
| Certificados de Depósitos Bancários | 23.125 | 27.740 |
| Total | 25.218 | 30.797 |

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que foi de 75% em 2018 (75% em 2017), conforme operação.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$306.000, dividido em 306.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT.

5. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

| | 2018 | 2017 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Serviços de Terceiros (a) | 37.859 | 28.038 |
| Outros | 3.691 | 5.291 |
| TOTAL | 41.550 | 33.329 |

a) Serviços de Terceiros

| | 2018 | 2017 |
|--------------------|---------------|---------------|
| Publicações Legais | 20.530 | 12.109 |
| Auditoria Externa | 17.054 | 14.199 |
| Outros | 275 | 1.730 |
| TOTAL | 37.859 | 28.038 |

6. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------------|-------------|--------------|
| Receitas Financeiras | | |
| Renda de Aplicação Financeira | 844 | 2.614 |
| | 844 | 2.614 |
| Despesas Financeiras | | |
| Multas | (11) | (600) |
| Outras despesas financeiras | (2) | - |
| | (13) | (600) |
| Resultado Financeiro | 831 | 2.014 |

7. PROVISÕES

A Companhia é citada como parte em ações administrativas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, onde se discutem possíveis irregularidades na execução de serviços. O valor da contingência é de R\$4.534 em 31 de dezembro de 2018 (R\$4.010 em 31 de dezembro de 2017) e não foi constituída provisão em decorrência da avaliação da probabilidade de perda ser possível, amparada na opinião dos seus assessores jurídicos.

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

| EMPRESAS | ATIVO | | PASSIVO | | DESPESA | |
|-----------------------------------|-------|--------|---------|------|---------|------|
| | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 | 2018 | 2017 |
| Controlador | | | | | | |
| Cemig GT | | | | | | |
| Não Circulante | | | | | | |
| Custeio de Despesas (1) | 27 | 13.122 | - | - | - | - |
| Outras Partes Relacionadas | | | | | | |
| Baguari Energia | | | | | | |
| Circulante | | | | | | |
| Ressarcimento de Despesas | - | - | 270 | 270 | - | 270 |

(1) Refere-se ao valor a receber de sua Controladora para cobrir despesas realizadas pela Companhia.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

b) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

| | Nível | 2018 | | 2017 | |
|--|-------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | | Valor Contábil | Valor Justo | Valor Contábil | Valor Justo |
| Ativos | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | |
| Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras | 2 | 23.125 | 23.125 | 27.740 | 27.740 |
| | | 23.125 | 23.125 | 27.740 | 27.740 |
| Passivos | | | | | |
| Custo amortizado (1) | | | | | |
| Fornecedores | 2 | (2.929) | (2.929) | (20.379) | (20.379) |
| | | (2.929) | (2.929) | (20.379) | (20.379) |

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2018 e 2017.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta a variação das taxas de juros nacionais em função do ativo indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

| Exposição da companhia às taxas de juros nacionais | 2018 | 2017 |
|--|---------------|---------------|
| Ativos | | |
| Equivalentes de Caixa - Aplicações (Nota 3) | 23.125 | 27.740 |
| Ativo exposto | 23.125 | 27.740 |

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Mais de 5 anos | Total |
|---------------|--------------|----------------|--------------------|---------------|----------------|--------------|
| - Pré-fixadas | | | | | | |
| Fornecedores | 2.929 | - | - | - | - | 2.929 |
| | <u>2.929</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>2.929</u> |

Paulo Mota Henriques
Diretor-Presidente

Márcio José Peres
Diretor

Dimas Costa
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC – MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC - MG 85.260

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Baguari Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2018, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019.

Belo Horizonte, 19 de junho de 2019.

Eduardo José de Souza

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis